

A RAIA DO DISTRITO DE PORTALEGRE NAS GUERRAS PENINSULARES

ARLINDO SENA

Doutor em História Contemporânea

1.- PORTUGAL NAS VÉSPERAS DAS INVASÕES FRANCESAS: O CONTEXTO GEOPOLÍTICO.

Com o aproximar do fim de Oitocentos a Coroa Portuguesa vivia com alguma expectativa face aos ventos revolucionários que sopravam da Revolução de 1789, mas era sobretudo a sua independência nacional que preocupava a classe dirigente e a vigilância permanente sobre a Espanha tal como a preservação do seu Império e das suas rotas marítimas, contando para o efeito com a manutenção da velha aliança britânica e com o seu poder naval hegemónico.

Vivia-se uma conjuntura de mudança, em Portugal as novas ideias de liberdade, igualdades e fraternidade proliferavam e eram motivo de esperança para uma burguesia emergente que ansiava a mudança de regime e uma maior abertura do sistema económico. Por outro lado, a colónia francesa constituída por artistas, livreiros, militares, homens de negócios, intelectuais e e exilados por razões políticas, teve um forte impacto neste ambiente de projecção de ideais de matriz revolucionária que mereceu a maior preocupação do Intendente Geral, Pina Manique que tomou medidas adequadas com vista ao controlo e expansão de tal ideário revolucionário. Do ponto vista económico, apesar da histórica e secular ligação com a Inglaterra que remontava ao tratado de Windsor (1386), merecia alguma reflexão em certos sectores da sociedade portuguesa face à forte dependência económica com sérios prejuízos nomeadamente no sector fabril estagnado ou quase existente.

E face aos interesses nacionais e as suas dificuldades de se posicionar na diplomacia internacional, Portugal optava por uma neutralidade no quadro das relações com as potências europeias dominantes (Inglaterra e França). Porém, ao participar ao lado da Espanha, na Campanha do Rossilhão (1793/94) entrava em conflito directo com a França. Por outro lado, esta expedição seria desastrosa para Portugal em termos militares e diplomáticos, na medida em que enfraquecera as capacidades defensivas da nação e por outro lado, passava a estar sob a ameaça da coligação franco-espanhola, na medida que o País vizinho abandonara a coligação e chegara à paz com a França.

Entretanto a posição da diplomacia portuguesa, ponha em risco a soberania nacional, na medida que insistindo na manutenção da sua neutralidade, não era compreendida pela França que desconfiava da sua inoperacionalidade diplomática face ao arrastamento das negociações com vista à celebração da paz. E Foi nestas circunstâncias, que o desejo de Godoy com o apoio ou mando de Napoleão invadissem Portugal na chamada «Guerra das Laranjas», marcada por perdas de recursos, materiais, humanas e territoriais, com a perda de Olivença.

2. A CONJUNTURA POLÍTICA E MILITAR PENINSULAR NO PERÍODO DE OCUPAÇÃO DAS FORÇAS NAPOLEÓNICAS.

A conjuntura política - militar, no início do século XIX, anunciava a guerra a qualquer momento e um pouco por todo o território nas regiões-chaves da raia nacional o estacionamento militar das forças lusas tornava-se evidente com concentração da

infantaria, artilharia e cavalaria, nas principais fortificações de defesa da fronteira nacional.

As razões políticas eram várias e a situação na Península Ibérica estava sob ameaça das ambições napoleónicas, a Espanha começa por ser uma aliada da França, cujos exércitos ali estão quase em permanência desde 1801; o Estado espanhol e o francês têm acordos diplomáticos entre si para a partilha de Portugal, que de resto estão na base do avanço das tropas espanholas em cooperação com as ambições de Napoleão (Guerra das Laranjas -1801). A viragem, ocorre por volta de 1808, quando a Casa Real espanhola é coagida a abdicar do trono a favor de Napoleão, que nomeia seu irmão José como rei de Espanha, de jure e de facto, neste contexto, não podemos ignorar que o exército espanhol é o do rei José Bonaparte (irmão de Napoleão). De resto, a população espanhola só toma posição após sete anos de ocupação em 2 de Maio de 1808, quando depois da prisão do último dos Bourbon se revolta contra os franceses.

Em Portugal a ameaça das invasões francesas é evidente, pelo menos desde 1801, o território nacional era observado por Napoleão como uma província britânica e os dois estados são considerados e tratados como inimigos¹. A invasão de Junot, em Novembro de 1807, violava o direito internacional e a resistência da população civil face às forças ocupantes foi evidente apesar da «directiva» da regência que aconselhava moderação, como forma de evitar o derramamento de sangue, situação não cumprida em determinados momentos, como o içar da bandeira francesa no Castelo de S. Jorge, onde a repressão francesa foi exprimida com fuzilamentos indiscriminados como também ocorreu no país vizinho, neste contexto de oposição a presença francesa.

Do ponto vista, militar as forças armadas espanholas e francesas até ao Levantamento de 2 de Maio de 1808, eram aliadas. Foi neste contexto, que Godoy invadiu Portugal (1801) . Todavia é fundamental sublinhar que a unidade do exército espanhol, tinha desaparecido com a entronização de José Bonaparte que não conta com várias unidades militares, assim era possível distinguir - se no âmbito do exército espanhol duas realidades, o legítimo e os revoltosos ou revolucionários. Em Portugal, o exército estava simplesmente desarmado pelas forças de Junot e com a maioria dos oficiais no Brasil para onde se tinha deslocado a família Real e outros estavam ao serviço da Legião Francesa . Em Julho de 1808 com o desembarque em Lavos do exército inglês a pedido do governo legítimo iniciou-se o processo de reconstituição do exército português sob comando de Wellington, que irá enfrentar os franceses em Vimieiro e Roliça, obrigando os franceses a abandonar o território nacional.

3. O TEATRO DAS OPERAÇÕES NO CONTEXTO DAS GUERRAS PENINSULARES

A perspectiva de uma invasão do território português, pelo menos desde a Idade Moderna implicava desde logo a defesa da sua raia nacional como forma de defender qualquer ofensiva terrestre que tinha como objectivo prioritário o avanço sobre a capital, fundamental para a existência do estado português². E nesse contexto o teatro

de Operações do Alentejo, era prioritária na organização da defesa nacional na medida em que pela sua configuração geográfica, plana sem obstáculos relevantes, capaz de sustentar os avanços dos exércitos inimigos, sobre a capital do Reino. Por outro lado, no plano geo - estratégico e militar, a planície alentejana não era mais que um prolongamento da Estremadura Espanhola, assumindo-se, simultaneamente, como teatro fronteiriço e central, que permitia atingir de forma rápida, eficaz e directa, Lisboa - Península de Setúbal.

Ou seja os corredores de entrada no território nacional por via da região Alentejo, eram verdadeiros eixos de aproximação relativamente à capital, nomeadamente os seguintes itinerários: Moura -Évora-Montemor -o.-Novo e Lisboa; Elvas-Estremoz e Lisboa e Serpa-Beja e Ferreira do Alentejo.

E no último decénio de Setecentos uma vez Portugal preparava-se para a confrontação bélica, a ameaça da guerra determinava o fecho e o controlo de todo o espaço fronteiriço e especialmente dos principais eixos de entrada em território nacional. A ameaça agora vinha da França, em primeiro lugar, devido à participação de Portugal na Campanha do Rossilhão (1793-1795), ao lado de outros estados inimigos da coroa francesa, a Espanha e a Inglaterra e em segundo, devido à aliança firmada pela França e a Espanha em 8 de Agosto de 1796 no Tratado de Santo Ildefonso.

Relativamente à Campanha do Rossilhão, a evolução das alianças seriam alteradas a partir do momento em que a Espanha por via diplomática chega à paz com os franceses em 7 de Junho de 1795, o que alterou significativamente o quadro político-militar, peninsular. Uma vez que Portugal se manteve no campo de batalha e só assinou a paz dois anos mais tarde em 10 de Agosto de 1797, mas acabaria por não cumprir as obrigações estabelecidas pelo tratado, relativamente às indemnizações de guerra por um valor de 10 milhões de libras, na concessão de facilidades comerciais com a França, na interrupção da ajuda militar à Inglaterra e na revisão das fronteiras na zona das Guayanas.

Neste contexto político e diplomático, um avanço dos exércitos franceses tornava-se evidente há medida que Luciano Bonaparte desenvolvia uma intensa actividade diplomática junto da corte espanhola, que culminou com o segundo Tratado de Santo Ildefonso assinado em 26 de Janeiro de 1801, que permitia o livre-trânsito dos exércitos franceses por Espanha com a finalidade de realizar uma invasão sobre o território português, considerando que Portugal mantivera os portos abertos aos navios ingleses, entre outras condições.

Nestas circunstâncias a Espanha declarava guerra a Portugal a 27 de Fevereiro de 1801, tendo como resultado imediato uma concentração muito significativa das forças militares nas cidades e vilas mais próximas da região do Caia. Assim, em Badajoz e nos seus arredores estacionaram cinco divisões espanholas que integravam um número de 40.000 a 50.000 homens e que em 20 de Maio sob o comando do Marquês Solana atravessavam a fronteira do Caia para realizar uma série de campanhas vitoriosas em terras do Alto Alentejo. Os primeiros combates, sem consequência para ambas as

partes ocorreram junto da praça militar de Elvas, dirigindo-se mais tarde as tropas espanholas para os núcleos populacionais a norte da praça, onde as forças lusas foram facilmente derrotadas junto das localidades de São Vicente, Barbacena e Monforte.

Mas a primeira derrota assinalável das forças portuguesas ocorreu na praça militar de Arronches, cuja capacidade militar era muito frágil, a própria fortaleza estava em ruínas desde o tempo das guerras da Restauração e a sua função prática, justificava-se no âmbito de ajuda a qualquer assédio o cerco que ocorresse na vizinha praça da vila de Campo Maior. Mas este acontecimento demonstrou desde logo que o exército português não estava preparado para a guerra, segundo a opinião de António Ventura: «A derrota foi rápida e só não assumiu a forma de catástrofe total pela pronta intervenção de Bernardin Freire, que enviou algumas tropas de Mosteiros para proteger a retirada dos que estavam em Arronches. A confusão não podia ser mais completa: a cavalaria portuguesa debandou no meio do maior caos, atropelando a infantaria. Os soldados fugiam cada um para o seu lado, encurralado entre o rio e os muros da vila, abandonando, bagagens e armas»³

O cenário do combate de Arronches acabaria por repetir-se nos vários cenários de guerra no Alto Alentejo, como é exemplo o combate em Flor da Rosa, a norte da cidade de Portalegre: «O desastre de Arronches não serviria de lição ao comando português. Num vale tão exíguo, a coordenação entre a infantaria e a cavalaria, num vale seria impraticável em caso de ataque inimigo. Por outro lado, o terreno situado entre a vila e o rio Tejo não estava ocupado militarmente, nem sequer nele foram colocados vigias, confiando os chefes militares portugueses na inacessibilidade do terreno»⁴.

Neste contexto, as vitórias obtidas pelas diferentes divisões do exército espanhol em todo o Distrito de Portalegre, foram facilitadas pela circunstância de que as tropas portuguesas perante a possibilidade da derrota eminente, optaram por tomar uma posição estritamente defensiva, que seria completada com uma retirada estratégica.

Com o tratado de paz que marcou o fim da «Guerra das Laranjas» assinado em 6 de Junho de 1801 e que acabaria por ficar conhecido com o nome de «Tratado de Badajoz», Portugal se comprometia a fechar todos os seus portos à navegação inglesa, a cancelar todas as suas relações comerciais com a Grã-Bretanha, a impedir a prática de contrabando nas suas fronteiras que afectava negativamente os interesses de Espanha e a indemnizar os súbditos espanhóis pelos danos sofridos, enquanto a Espanha comprometia-se a restituir todas as praças conquistadas (Juromenha, Arronches, Barbacena, Portalegre, Castelo Vide, Campo Maior e Ouguela) com excepção da Vila de Olivença.

Este tratado que restabelecia a paz entre os dois estados Ibéricos permitia à Espanha concretizar uma velha aspiração de fazer coincidir, a sua fronteira política com a fronteira natural definida pelo rio Guadiana. Mas a paz acabaria por ser efémera, cinco anos mais tarde, Portugal estava novamente sob ameaça de um novo conflito militar tendo como protagonista a França, pelo facto de ter ignorado o Bloqueio

Continental decretado por Napoleão em 21 de Novembro de 1806 e nesse contexto, não tinha fechado os seus portos à sua velha aliada. Em pouco tempo a eminência de uma guerra passou a ser uma realidade concreta a partir do momento em que o Tratado de Fontainebleau firmado pela França e a Espanha em 27 de Outubro de 1807 determinava não só a ocupação mas a divisão do território português, estabelecendo-se que as terras entre o Douro e o Minho passavam a pertencer ao rei da Etúria, com o nome de Lusitânia Setentrional, as regiões do Alentejo e do Algarve recebiam a denominação de Principado dos Algarves, ficando nas mãos de D. Manuel Godoy e as províncias de Trás-os-Montes, as Beiras e a Estremadura, permaneciam sob o domínio do Imperador, ainda que poderiam manter-se na Casa de Bragança mas sob protectorado do Rei de Espanha. Só dois anos mais tarde, tendo em conta os desastres sofridos pelo exército português nas campanhas mais recentes, os políticos e militares promulgaram em 27 de Setembro de 1805 a primeira grande reforma militar na época contemporânea, associando-se à mesma a intenção de diminuir os gastos e aumentar a capacidade operacional das praças e fortalezas, terrestres e marítimas.

Alguns meses depois era promulgado um Real Decreto em 19 de Maio de 1806 que determinava que o exército português se formaria exclusivamente com tropas de linha, integrando-se estas em diversos regimentos de infantaria, cavalaria e artilharia nos quais se integravam tanto as milícias e ordenanças como alguns corpos militares e civis. Em vésperas da primeira invasão francesa estas unidades estavam já estacionadas ao longo da raia, sobretudo na região do Caya na qual se destacava a praça militar de Elvas, uma das mais importantes. Porém, durante a guerra peninsular apenas uma das três invasões acabou por ter consequências directas no território norte alentejano, a terceira.

Exactamente a última, quando desde princípios de Março de 1811 o General Massena estava já em retirada. Porque foi então, a partir das suas bases em território luso, que o exército francês sob o comando de Soult cercou e ocupou com êxito das terras raianas da Extremadura espanhola, a praça de Badajoz no dia de 10 de Março e as de Albuquerque e Valência de Alcântara cinco jornadas mais tarde. Mas, se o cenário da ameaça e da guerra, em solo português estava definitivamente ultrapassado, os reforços militares anglo - lusos sob comando do general Beresford seriam decisivos para a perda de uma parte significativa das suas forças junto à ponte de Albuera. De facto, a batalha de Albuera foi o primeiro combate em terras peninsulares onde a coordenação de esforços entre os efectivos ingleses, portugueses e espanhol foi evidente e muito superior ao que ocorreu em outras ocasiões, nomeadamente durante a Batalha de Talavera.

Um a vez mais a praça militar de Elvas desempenhou um papel de primeira ordem, ao exército em campanha uma vez que este complexo militar se tornou num hospital de retaguarda, para onde eram transportados em sucessivos comboios os feridos vítimas da batalha de Albuera. Um pouco antes, em Janeiro havia sido ocupada por franceses a praça de Olivença. E, alguns dias depois da conquista de Badajoz a vila de Campo Maior, depois de um assédio era submetida pelo General Portier.

NOTAS

- 1 Cartas de Napoleão a Talleyrand ea Luciano Bonaparte, de 15.7.1801 - «O governo britânico deverá ver, na franqueza desta diligência, o desejo de cuidar de uma potência fraca, mas que jogou nesta guerra o papel de província inglesa (...).
- 2 Sobre a queda da capital do reino, Loureiro dos Santos, Elementos para a Defesa da Zona de Operações Terrestres de Portugal, Lisboa, Instituto de Altos Estudos Militares, 1982, defende que: «... é susceptível de criar imediatamente uma situação de desequilíbrio psicológico que conduzia à rendição do resto do País, desde que não haja um rigoroso sentimento nacional».
- 3 VENTURA, António, Portugal e a Revolução Francesa: Da Guerra do Rossilhão à Guerra das Laranjas», en vários, Nova História Militar, p.22.
- 4 António Ventura, op.cit, p.24.